

☐ REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Abastecimento de água contaminada com arsénio em Alpiarça

Destinatário: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

A água do abastecimento público a Alpiarça, da responsabilidade das Águas do Ribatejo, tem registado nos últimos oito anos valores de arsénio acima dos 10 microgramas por litro legalmente permitidos. Este valor máximo baseia-se em recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). O problema não foi comunicado à população de Alpiarça. Para ultrapassar a proibição legal, primeiro a autarquia local e agora a Águas do Ribatejo têm obtido derrogações permitindo-se assim continuar a vender água com valores de arsénio acima da legalidade.

Enquanto foi a autarquia a fornecer o serviço a fatura da água continha os valores de arsénio registados, mas quando passou a ser a empresa intermunicipal a fornecedora essa informação foi suprimida. Devido às sucessivas derrogações, o relatório da qualidade da água do segundo trimestre deste ano apresenta um cumprimento de 100% apesar de na realidade os valores de arsénio serem superior ao limite legal e ao definido pela OMS.

Esta situação chegou ao conhecimento da Comissão Europeia, o que leva agora a Águas do Ribatejo a construir uma Estação de Tratamento de Águas para resolver o problema.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, as seguintes perguntas:

1. Qual a dimensão da contaminação? Qual foi o valor máximo de arsénio registado nestes oito anos? Qual a percentagem de análises neste período em que o valor de arsénio excedeu os valores legais? Quantas pessoas ficaram expostas a esta contaminação e em que concelhos? Verificou-se a contaminação dos solos?
2. O Ministério considera a realização de um estudo epidemiológico para aferir se a situação colocou em risco a saúde pública e as medidas eventualmente necessárias para corrigir os efeitos?
3. A empresa intermunicipal continua a fornecer água com valores de arsénio acima do legal. Em que ponto



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

se encontra a construção da estação de tratamento? Para quando está prevista a sua entrada em funcionamento?

4. Que medidas vai o Ministério tomar para que, até à entrada em funcionamento da estação de tratamento e enquanto os valores de arsénio estiverem acima do legalmente disposto, as populações afetadas sejam abastecidas com água própria para consumo e dentro dos parâmetros legais sem recurso a derrogações?

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2012.

O deputado
Luís Fazenda